

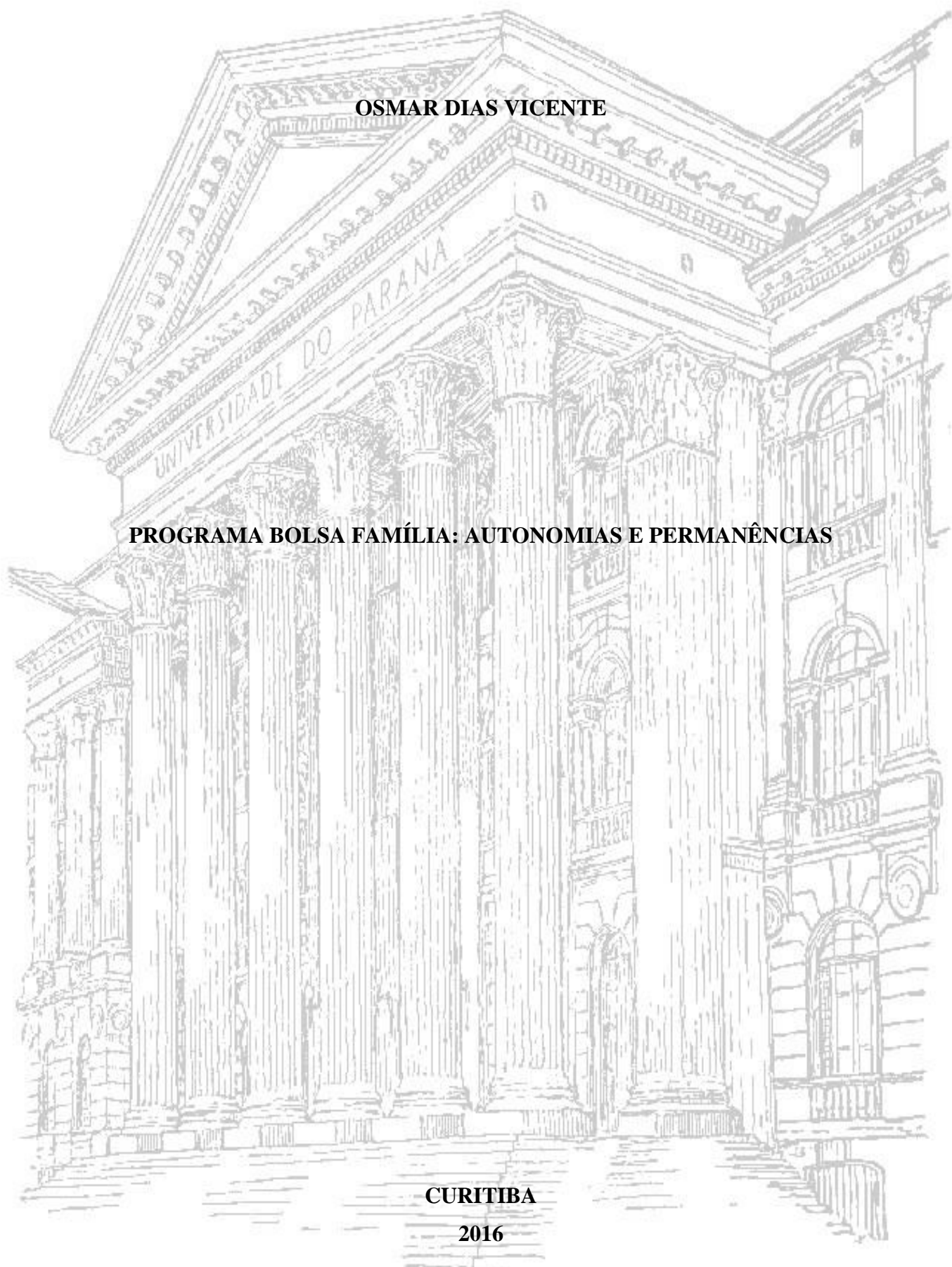
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**OSMAR DIAS VICENTE**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AUTONOMIAS E PERMANÊNCIAS**

**CURITIBA**

**2016**



**OSMAR DIAS VICENTE**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AUTONOMIAS E PERMANÊNCIAS**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ms.Sandra Marcia Duarte.

**CURITIBA**

**2016**

## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AUTONOMIAS E PERMANÊNCIAS**

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objeto de análise a relação que se estabelece entre os usuários e a execução de programas sociais como o “Programa Bolsa Família”. O objetivo do estudo consistiu em analisar as possibilidades e limites de se gerar uma dependência dos usuários, de forma permanente, desses programas. Justificou-se a realização da pesquisa sobre o tema considerando-se as severas críticas veiculadas em alguns canais da mídia e por analistas críticos desse tipo de política pública, que influenciam a massa crítica em meio à população que, de forma reflexa, estigmatiza seus usuários. Uma amostra significativa, embora, muito elementar da relevância desse estudo pode ser considerada pelo fato de que ao iniciar a pesquisa, se lançou um “balão de ensaio” no site de busca GOOGLE com dois tipos de descritores: “críticas ao Bolsa Família” e obteve-se a cifra de 5.330.000 resultados em 0,42 segundos, da mesma forma com os descritores de busca “elogios; favoráveis ao bolsa família” e se obteve como resultado, apenas 13.000 ocorrências em 0,45 segundos. A observação livre, da realidade no âmbito escolar também permitiu constatar essa estigmatização coletiva em relação ao programa e seus usuários, asseverada por argumentações apontando casos conhecidos da comunidade escolar, relativos a essa “pseudo dependência”. O que justificou a realização da pesquisa no contexto municipal, como forma de instrumentalizar a instituição escolar com conhecimentos a respeito desse fenômeno da dependência de alguns dos usuários que acaba legitimando o discurso crítico contra o Programa. A contribuição que se espera a partir dos resultados da pesquisa é da construção de conhecimentos fundamentados sobre o engendramento no contexto social desse preconceito que afeta a coletividade e influencia no próprio usuário. Diante desse contexto, desenvolveu-se uma pesquisa a partir da metodologia qualitativa com base na pesquisa bibliográfica. Buscando responder à seguinte questão: Que fatores estão presentes na efetivação do Programa Bolsa Família que concorrem para prevenir e ou predispor a dependência permanente de seus usuários dos benefícios e quais as condições concretas para que esse fenômeno social ocorra ou deixe de ocorrer considerando a realidade do município de Francisco Alves? Para isso o artigo está constituído de três capítulos no qual se procede à análise do Programa Bolsa família buscando os elementos constitutivos que implicam diretamente no objeto de estudos incluindo aqueles que estão presentes nas críticas evidenciadas quando do levantamento inicial nos sítios eletrônicos de busca. O segundo capítulo analisa as categorias de fatores que estão presentes nas críticas positivas e negativas, referente à dependência do Programa, que consistem no processo histórico

da conformação da pobreza e da desigualdade social, o papel social dos atores do entorno desses usuários e a orquestração política envolvendo a edição da verdade pela dos meios de comunicação. O terceiro capítulo analisa os resultados da pesquisa tendo como contexto o desenvolvimento Programa no âmbito do Município de Francisco Alves buscando analisar como estes fatores impactam na dinâmica dessa questão da dependência. Por fim, apresentam-se as Considerações Finais.

Palavras-chave: Dependência; Desigualdades Sociais; Programas Sociais; Exclusão Social. Autonomia.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo histórico da conformação da pobreza no Brasil tem raízes que certamente se aprofundaram desde o tempo da sua colonização, passando por seu longo período de organização social escravocrata. Sua interface, a desigualdade social, marcada pelo signo da exclusão foi impedindo que grandes parcelas da população pudessem ter acesso aos bens de consumo, ao conhecimento às tecnologias, à cultura dominante. (PINZANI e REGO, 2014)

Esse processo de exclusão marcou a trajetória dos sujeitos por gerações, de tal maneira que tanto a pobreza como a desigualdade que dela decorreu consolidaram um modelo de organização social baseada na separação da sociedade em grupos sociais; formado por aqueles que têm tudo, outros que nada tem e aqueles que sobrevivem precariamente sob condição de pobreza e de extrema pobreza, mas, que lutam cotidianamente por uma condição mínima de subsistência.

Nesse aspecto de relação direta de cumprimento de funções herdadas pelo grupo social ao qual cada um pertence; pouca mobilidade social se permite aos membros de uma sociedade, sobretudo, aqueles que já nascem sob o signo da miséria. Isso significa que a margem de capacidade de mover-se na teia social é tanto menor quanto mais precária e vulnerável forem às condições de vida de cada cidadão. O conjunto da sociedade, por, sua vez, adota a cultura de manter-se em seu grupo social pouco se importando com as necessidades de vida do outro. (PINZANI e REGO, 2014).

No Brasil, embora a Constituição Federal (BRASIL, 1988) defina que a organização social e a sua preservação pelo Estado se pautarão pelos princípios da promoção da dignidade humana e determine que ao Estado caberá suprir as condições e os direitos humanos que viabilizem a construção da cidadania e de uma gestão que promova a justiça social, muito pouco se fez para essa efetivação de direitos.

Assim negligenciada a pobreza e suas mazelas, por séculos, alguns efeitos da Constituição (BRASIL, 1988) começam a surtir no âmbito das iniciativas do Estado brasileiro pautando-se pela promoção de políticas públicas de transferência direta de renda.

Ocorre, no entanto, que o compromisso com a dívida histórica da sociedade com os menos favorecidos não é tem se constitui em um desafio fácil de ser vencido quando se tem uma sociedade que muito pouco se importa, quando se tem uma cultura de descaso, de preconceito; reproduzindo os efeitos da pobreza numa perspectiva de reprodução e permanência, gerando polêmicas e animosidades pela possibilidade de acessão social dos menos favorecidos.

Assim de um lado e de outro se tem uma conformação social que procura manter a coesão social sem que se possibilite alterar o modelo social vigente. Dessa forma Programas estruturais como o Bolsa Família com objetivos de ruptura com o círculo vicioso da pobreza pressupõe uma mudança significativa nas relações sociais de todos os atores envolvidos, o que conflita com interesses de diferentes setores da sociedade.

Os estudos realizados se propuseram obter conhecimentos em relação ao Programa Bolsa Família, na literatura pesquisada abordou-se sua criação e os diferentes atores sociais que participaram do processo decisório da formulação da política pública relacionada ao Programa e suas diferentes formas de atuação.

Assim de um lado e de outro se tem uma conformação social que procura manter a coesão social sem que se possibilite alterar o modelo social vigente e nessa inter-relação têm-se as políticas de estado com programas estruturais como o Bolsa Família com objetivos de ruptura com o círculo vicioso da pobreza pressupondo uma mudança significativa nas relações sociais de todos os atores envolvidos, o que em geral, conflita com interesses de diferentes setores da sociedade.

No Brasil, a desigualdade social está relacionada principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação).

O Brasil é um país de recursos, de riquezas e um país tem pobreza quando existe escassez de recursos ou quando, apesar de haver um volume aceitável de riquezas, elas estão mal distribuídas. O Brasil não é um país pobre, e sim um país desigual. (SOARES; SÁTYRO, 2009)

Ao criar políticas de assistência social criam-se também possibilidades, o Programa Bolsa Família é uma dessas políticas criadas para minimizar as desigualdades e ampliar as possibilidades. Com isso ganha-se também a possibilidade de poder aumentar os anos de estudo e participar do ingresso no mercado de trabalho melhor preparando, não ficando sujeito a sub empregos devido a insuficiência de escolaridade. Rompendo assim o círculo vicioso que se perpetua geração após geração.

Para estudar o Programa bolsa Família é necessário aprofundar em suas raízes e em sua formulação. Os descritores utilizados na pesquisa foram pontuais, para que dessa forma fosse possível conhecer os mais importantes aspectos relacionados ao Programa, pois, foi considerado importante abranger a questão em busca do entendimento do que leva algumas famílias a permanecerem na condição de assistidos e também saber qual o papel das instituições na construção da possibilidade de ruptura das famílias assistidas pelo PBF.

A compreensão de como funciona o programa, desde a idéia inicial até o momento, é importante e valiosa, pois como portadores do conhecimento tem-se também a oportunidade de ajudar outras pessoas a aproximarem-se dos fatos reais e conhecerem melhor o Programa Bolsa Família e as muitas contribuições que ele oferece.

A Metodologia utilizada foi a Pesquisa bibliográfica, realizada em artigos publicados nas bases de dados Google Acadêmico e Lilacs, que abordem o tema em questão e demais aspectos relacionados a ele. Foram pesquisados e utilizados os descritores referentes ao Programa Bolsa Família, Desigualdade Social, Exclusão social.

## **2. CONHECENDO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

O Brasil tem em seu histórico a colonização e a mão de obra escravagista e o momento em que estamos vivendo reflete muito esses princípios, que estão sendo considerados comuns, onde a exclusão e preconceito são vistos como sendo algo natural. Os ricos mantêm a riqueza enquanto que o pobre deve ser mantido na pobreza, e de lá não deve sair, pois acaba se tornando alvo de preconceitos. O que é Lamentável, pois o Brasil não é um país pobre, e é o país de todos, pátria de pobres e de ricos, e a desigualdade é o fruto da má distribuição dessa riqueza. (OLIVEIRA, PERIM, 2009, p.19)

É importante observar que foram as lutas sociais que transformaram a questão social em uma questão política e pública; transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais. (RAICHELIS, 2006)

Foi possível entender que onde é promovido políticas de inclusão, é o lugar onde ocorreu a exclusão, na história e também na sociologia, fica evidente a presença da desigualdade entre os povos e entre os membros de um mesmo grupo social. (OLIVEIRA, PERIM, 2009)

Em busca de inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social e com o intuito de combater a pobreza e a fome no país, o Programa Bolsa Família que foi implantado pelo Governo Federal brasileiro em outubro de 2003;. (SENNA, et al 2007)

Embora o Programa Bolsa Família tenha sido criado apenas em 2003, sua criação é consequência de uma trajetória particular em políticas de proteção social seguida pelo Brasil nos últimos 40 anos, em especial após a Constituição de 1988. Apesar dos avanços obtidos na trajetória dos programas de transferência de renda na década de 1990, como uma estratégia de combate à fome e à pobreza, as ações governamentais nessa área foram ainda marcadas pela

fragmentação e paralelismo. Com efeito, perpetuaram-se mecanismos de focalização dos beneficiários – ou seja, enquanto algumas famílias recebiam o Bolsa Escola e o Bolsa-Alimentação, outras famílias em igual condição de miséria não recebiam qualquer benefício – além da baixa cobertura e do frágil controle social. (SENNA et al,2007)

A situação dos programas de transferência de renda condicionada em 2003 era simples: o caos. Cada programa federal tinha sua agência executora e a coordenação entre elas era mínima. Os sistemas de informação desses quatro programas eram separados e não se comunicavam, de modo que uma família poderia receber todos os quatro, enquanto outra, vivendo em condições iguais, poderia não receber transferência alguma. Os valores dos benefícios e critérios de inclusão variavam entre programas, de modo que o Governo Federal estava fazendo transferências distintas para famílias em situações semelhantes, justificando-as com praticamente os mesmos argumentos. (SOARES; SÁTYRO, 2009)

No Brasil, o primeiro passo em direção a um paradigma inclusivo veio com a criação da previdência rural, em 1971, e a consequente quebra da relação entre contribuição e benefício. Além da importância do benefício em si para milhões de trabalhadores, o reconhecimento do trabalho em atividades no campo, quase que totalmente informais, propiciou um desacoplamento entre contribuição e benefício, abrindo espaço para a introdução da dimensão das necessidades no sistema de proteção social. Ademais, inaugurou um novo paradigma no processo de construção da proteção social brasileira – a solidariedade. (SOARES; SÁTYRO, 2009)

A constituição de 1988 fez com que novos e importantes aspectos para a construção de um sistema brasileiro de proteção social fosse consolidado, ao estudar a história encontra-se o início de todo o processo, o esboço inicial e os passos que foram dados até chegar ao momento atual de assistência e proteção social, ainda esbarrando em conflitos políticos que estão gerando conflitos sociais e a falta de informação, que levam a retrocessos. A Carta Magna de 1988 equiparou o status da assistência social ao das outras políticas sociais que formam a espinha dorsal das políticas sociais: educação, saúde e previdência.

Na medida em que a Constituição reconheceu o direito à aposentadoria não integralmente contributiva dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar – garantindo transferência de solidariedade –, ela também, por definição, começou a criar um sistema de políticas sociais redistributivas, ainda que pleno de lacunas. Adicionou-se a isto a garantia do direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas. Por fim, a Carta criou o direito a uma renda de solidariedade para idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza: o Benefício de Prestação Continuada (BPC). (SOARES; SÁTYRO, 2009)



A criação do BPC trouxe o reconhecimento explícito da existência da pobreza enquanto um risco social, pelo menos se combinado com outros riscos. O BPC outorga um salário mínimo a pessoas impedidas de trabalhar – por idade ou por deficiência física ou mental –, com renda familiar *per capita* inferior a um quarto de um salário mínimo. Ou seja, o risco social de pobreza passou a existir legalmente – ao menos quando vinculado a outros riscos sociais que tornassem o indivíduo inapto para o trabalho. Esta visão foi reforçada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993. (SENNA et al, 2007)

O passo seguinte ocorreu nos anos 1990, com a aprovação pelo Senado, em dezembro de 1991, do Projeto de Lei nº 2561, de autoria do senador Eduardo Suplicy, propondo a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), sob a forma de imposto de renda negativo. A lei original nunca foi votada pela Câmara, e em 2004 um substitutivo bem mais vago, a Lei nº 10.835, foi sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estava completo o arcabouço conceitual para a criação de um elemento novo em um sistema de proteção baseado na solidariedade nacional. (SOARES; SÁTYRO, 2009)

Em outubro de 2003, o Governo Federal criou o programa Bolsa Família, cujo objetivo primordial era unificar os quatro programas. O Bolsa Família também incorporou o Vale-Gás, uma transferência sem contrapartida, gerida pelo Ministério das Minas e Energia, também com seus próprios critérios e valores de benefício. Para realizar a unificação, o Bolsa Família se beneficiou da existência do Cadastro Único, que vinha sendo lentamente aperfeiçoado e expandido desde sua criação, em 2001, e cujo objetivo era integrar as informações sobre os beneficiários dos programas federais. Estava criado o Programa Bolsa Família. (SOARES; SÁTYRO, 2009)

### **3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL: OS ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE POBREZA.**

A desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países na atualidade. A pobreza existe em todos os países, pobres ou ricos, mas a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países não desenvolvidos. No Brasil, como em outros países, as desigualdades sociais e econômicas ainda colocam-se como um problema a ser superado. É significativo o número de indivíduos que vivem as consequências da exclusão social e, como tal, sofrendo da combinação de problemas relacionados com o desemprego, baixa renda, ambientes com alta criminalidade, difícil acesso à saúde e educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, ao transporte, ao saneamento básico. (GAYA, 2008)

O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda. No Brasil, a desigualdade social tem sido um cartão de visita para o mundo, pois é um dos países mais desiguais. Alguns dos pesquisadores que estudam a desigualdade social brasileira atribuem, em parte, a persistente desigualdade brasileira a fatores que remontam ao Brasil colônia. (CAMARGO, 2016)

Sendo assim a desigualdade torna-se parte do processo construtivo do país, tornando-se histórica, no entanto essa desigualdade pode ser vista de outra forma, ainda que seja possível ver os pilares coloniais que apoiam a desigualdade, como a; influência ibérica, os padrões de títulos de posse de latifúndios e a escravidão. Nossa cultura assimilou e aceitou conviver com certo tipo de violência, talvez a mais brutal, que é a escravidão, acreditando ser possível o ajustamento de ideais libertários e democráticos com uma estrutura social completamente injusta; aceitamos com certa naturalidade e por séculos, os privilégios de poucos coexistindo com a supressão dos direitos de outros. (CAMARGO, 2016)

É difícil alcançar a compreensão de que a pobreza é um estigma, assim com a raça, a graduação e outros fatores. Isso contribui para que o pobre continue na pobreza, lugar que lhe foi destinado, e que alguns acomodam-se ou sujeitam-se a ele, mesmo sem entender o porque. Com isso reforçam a idéia de que o pobre acostume-se a assistencialismo e não buscam meios de sair, ainda que sejam muitos os fatores que o levam à perda do entusiasmo, que gera a busca por melhores condições de vida.

É evidente que essas variáveis contribuíram intensamente para que a desigualdade brasileira permanecesse por séculos em patamares inaceitáveis. Todavia, a desigualdade social no Brasil tem sido percebida nas últimas décadas, não como herança pré-moderna, mas sim como decorrência do efetivo processo de modernização que tomou o país a partir do início do século XIX. Junto com o próprio desenvolvimento econômico, cresceu também a miséria, as disparidades sociais – educação, renda, saúde, etc. – a flagrante concentração de renda, o desemprego, a fome que atinge milhões de brasileiros, a desnutrição, a mortalidade infantil, a baixa escolaridade, a violência. Essas são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil. (CAMARGO, 2016)

A sociedade contemporânea passa por um momento contraditório, onde é possível ver o avanço da tecnologia, da ciência, do aumento da expectativa e da melhoria da qualidade de vida, entre outros indicadores positivos, provenientes da economia, saúde, habitação, trabalho,

educação e outros aspectos; e a contradição aparente vivenciada em uma parcela significativa da população. Essa parcela está em constante contato com indicadores sociais que colocam em risco o bom desenvolvimento do ser humano. (OLIVEIRA, PERIM, 2009, p.18)

Muitas são as diferenças e elas agora têm espaço e aparecem, incomodando e exigindo soluções, as diferenças na realidade são desigualdades. Convém destacar que as desigualdades sociais não são obras do acaso, mas construções sociais, resultado de um conjunto de ações que englobam as estruturas econômicas, políticas entre outras. Do ponto de vista econômico percebemos a exploração demasiada do trabalho e a concentração de renda. Do ponto de vista político, percebemos um afastamento vertiginoso da população quando se refere aos assuntos em torno de política. (OLIVEIRA, PERIM, 2009, p.19)

A desigualdade torna o Brasil um país de contrastes, como potência econômica é uma das nações economicamente mais ricas do mundo, mas também é um país desigual e excludente, desigual na distribuição de renda e de recursos. Paralelo a isso, temos o Brasil, país dos desafios humanos; quando deslocamos o olhar do produto econômico para o ser humano, é encontrado um país que ocupa a 70ª posição IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Entende-se com isto, que o Brasil bem sucedido em desenvolvimento econômico, está bem longe de alcançar o mesmo nível, em desenvolvimento humano. (GAYA, 2008, p.10)

A desigualdade é um fator que perpassa gerações, pois é visto que aqueles que vêm de família modesta têm, em média, menor probabilidade de obter um nível alto de instrução. Os que possuem baixo nível de escolaridade têm menor probabilidade de chegar a um status social elevado, de exercer profissão de prestígio e ser bem remunerado. É verdade que as desigualdades sociais são; em grande parte geradas pelo jogo do mercado e do capital; assim como é também verdade que o sistema político intervém de diversas maneiras, às vezes mais, às vezes menos, para regular, regulamentar e corrigir o funcionamento dos mercados em que se formam as remunerações materiais e simbólicas.

### **3.1 O Programa Bolsa Família e a Construção Social: como cada ator interpreta o programa a partir do lugar de onde fala.**

Percorreu-se o trajeto de conhecimento do PBF e sua importância para famílias de baixo poder aquisitivo, para as quais o recurso recebido é tido como um respaldo para as famílias, sua contribuição ajuda a manter os filhos na escola, pois contam como sendo o ganho que os filhos obteriam trabalhando para ajudar a família.

Aqui é importante ressaltar que os Programas Sociais, criados são todos aliados, embora nenhum possa resolver sozinho, as questões de desigualdade na distribuição de renda ou desigualdades sociais, mas, juntos promovem um importante equilíbrio que produz diferenças positivas, principalmente em longo prazo.

Em se tratando do PBF, a contribuição que o Programa oferece é a oportunidade de educação continuada para as crianças de famílias pobres, o Programa Bolsa Família é uma oportunidade de exercer os direitos de cidadão, comprometido, responsável e ciente de seus direitos e deveres. Ao analisar a produção bibliográfica sobre o Programa, foram encontrados artigos sobre famílias que vivem do recurso e não buscam libertar-se da renda e da forma assistencial.

O cenário político atual, também faz críticas aos programas sociais, argumentando serem os mesmos, formas de manter atada uma parte significativa do eleitorado do país, e o repasse é veiculado como marketing político, pois a mídia chama a atenção do público e faz pressão política sobre temas em particular. As coberturas dão o tom de interpretação e definem o caráter das questões como econômicos ou políticos, sociais ou pessoais, radicais ou conservadores. A seleção dos temas tem motivações difusas e as formas de noticiar possuem implicações sobre a mensagem que chega ao público. Da mesma forma, nos grupos sociais de interesse específico e nos partidos políticos também há dificuldades de transmitir a opinião pública. (CASTRO, 2009)

De fato existem casos que representam essa argumentação, mas é importante analisar também a trajetória do país, buscando entender o conceito de classes e as diferenças marcantes e estereotipadas. Onde a classe mais abastada é sempre a que domina e determina até mesmo os meios de comunicação, criando um falso retrato da realidade que passa a vigorar sem ser devidamente analisado e visto com olhos críticos.

Para que haja verdadeira compreensão dos fenômenos sociais, é necessário que se rompa com o antagonismo dos dois conceitos ou das duas interpretações. As pessoas vivem em redes de dependência, difíceis de serem rompidas, essas redes são diferentes em cada sociedade, o modo como o indivíduo se comporta é determinado por suas relações passadas ou atuais com as outras pessoas e a interdependência das funções humanas sujeita e molda, de forma profunda, o indivíduo. (MARTELETO; SILVA, 2004)

Suas demandas também sofrem vieses em virtude de prioridades inerentes às respectivas plataformas. Assim, a ideia de que uma parcela da população está recebendo numerário é comumente classificada como esmola ou assistencialismo, e teria como consequência uma acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho, o chamado “efeito-

preguiça”. Além disso, a reiterada divulgação de casos de pessoas que não fariam jus ao benefício, até mesmo a inclusão fraudulenta, com certeza contribuem para sedimentar essas rejeições. (CASTRO, 2009)

As dimensões entre pobreza e riqueza são impostas pelo meio, sendo, portanto um produto social, e ascender de um estado para outro é transpor uma grande quantidade de obstáculos, e nesse cenário a educação é um dos meios mais democráticos; e algumas vezes o único; para ultrapassar as inúmeras barreiras que existem entre a pobreza e a riqueza. (CASTRO, 2009) As diferenças sociais ou estilos de vida são marcados pelas diferenças econômicas e cada dimensão do estilo de vida com seus valores simbolizam todas as outras. (MONTERO, 1976) A ruptura com essa trajetória pode ser promovida por meio do PBF por possibilitar que aquilo que os pais não tiveram não se reproduza pela transferência para os filhos, ao assegurar-lhes a educação e a profissionalização como uma de suas condicionalidades.

O que se percebe, portanto, é que a realidade vivida nesse confronto de interesses entre aqueles que têm muito daqueles que lutam para minimamente subsistir, em linhas gerais, se repetem e se confirmam em todas as regiões do País.

Cada grupo de interesse tende a priorizar e demandar por políticas de Estado e de governo que atendam às suas necessidades. Ao se buscar junto às redes sociais e importantes canais de informação nota-se a verdadeira dimensão dessas disputas. Apenas para citar alguns desses canais dentre as 5.330.000 que foram encontradas ao efetuar busca de informações com os descritores “Críticas negativas ao Programa Bolsa Família” ao proceder à análise de seus conteúdos informativos se percebeu se tratar, de opiniões pessoais, político partidárias, de viés ideológico.

As opiniões suscitadas em sites como o “Portal Tributário.com.” no qual o autor Julio Cesar Zanluca apresenta 17 motivos contra o programa, citando que uma nação não se constrói com distribuição de esmola; que não possibilita acessão social; que não há incentivo o trabalho; não incentiva a cidadania e a autonomia dos usuários, e segue nessa linha. Outro site analisado constituiu-se de pesquisa de opinião intitulada “Qual o seu melhor argumento contra o Bolsa Família” desenvolvida pelo site [HTTPS://br.answers.yahoo.com](https://br.answers.yahoo.com)>, as opiniões convergiram para a concepção da meritocracia de que “não se deve dar o peixe, mas, cada um deve aprender a pescar”; da mesma forma se seguiu no site [WORDPRESS.COM, HTTPS://acidblacknerd.wordpress.com](https://acidblacknerd.wordpress.com)> que em 2013 apresentou “10 motivos para ser contra o “Bolsa Família” e em suas argumentações subscreve que o Bolsa consiste em uma esmola do governo; em política eleitoreira e populista; que combate os efeitos da pobreza, mas, não ataca as suas causas; incentiva a natalidade; premia a ociosidade pela via do assistencialismo; o dinheiro

é gasto com bebidas e cigarros; “não existe um mecanismo de saída para quem recebe o benefício, logo muitas pessoas ficam presas na mediocridade do assistencialismo”.

As opiniões nas redes informais se conformaram no ensaio “Bolsa Família: projeto social ou marketing político? publicado por Paulo Gabriel Martins de Moura na revista Katál. – Florianópolis v.10, nº 1 p. 115-122/ jun/jul/2007.

Neste Ensaio o autor apresenta as críticas aos fundamentos que sustentam o Programa:

As críticas de pesquisadores da área aqui identificadas apontam inúmeras contradições e limites das políticas sociais do governo Lula, que, não obstante, parecem colher boa receptividade junto à opinião pública após a substituição da marca Fome Zero pelo Programa Bolsa Família. Um contraste entre a análise conceitual proposta por Augusto de Franco e sintetizada na abertura do presente ensaio, com as críticas dos especialistas aqui arroladas, sugere a ausência (ou, se houve, a não aplicação) de um referencial conceitual unívoco e atualizado do ponto de vista do conhecimento acumulado na área, como elemento norteador das diretrizes governamentais para suas políticas sociais. Nossa análise, ainda que superficial, sugere haver uma aparente confusão e uma certa ‘esquizofrenia’ referenciais ‘filosóficas’ que norteiam as múltiplas experiências oficiais do governo Lula em termos de políticas sociais. Tudo indica que a solução escolhida para o governo foi uma resposta conjuntural à uma demanda de marketing governamental, portanto, mais do que orientada por uma deliberada política pública de governo pré-concebida como tal. (MOURA, 2007, p. 122)

Na mesma linha de análise de caráter de fundamentos e conceitual seguiu os estudos de Renata Martins Domingos em seu artigo “Programa Bolsa Família: Críticas à Política Pública que Busca Assegurar o Direito ao Desenvolvimento” publicado no site [WWW.publicadireito.com.br](http://WWW.publicadireito.com.br) artigos. Para essa pesquisadora; que procura comprovar que o Programa Bolsa Família efetiva o direito ao desenvolvimento; uma vez que potencializa a obtenção de novos funcionamentos e de novas capacidades das famílias beneficiárias alterando seu futuro; a questão a qual a autora se contrapõe se refere ao conceito de pobreza, o que não implica em ser contra o Programa, mas, sim contrária ao critério utilizado como uma das suas condicionalidades.

Todavia, num país enorme como o Brasil, repleto de desigualdades e regiões com diversas características geográficas e climáticas diferentes, além de uma população muito diversa e que vive em situação social desigual, aferir a pobreza parece-nos ser uma tarefa muito mais ampla do que se basear apenas na renda familiar. Dupas (2009, p. 24), ao discutir a exclusão social em países que não possuem um Estado de bem-estar social garantidor da sobrevivência de seus cidadãos, como é o caso do Brasil, associa-a diretamente à pobreza, que ele entender ser “incapacidade de satisfazer necessidades básicas”, sendo necessário definir o que são necessidades básicas. O autor debate como seriam definidas as linhas de pobreza, buscando dialogar com vários outros autores. O conceito de necessidades básicas pode se ater apenas a aspectos fisiológicos, como os alimentos, indispensáveis para a existência. Há também a necessidade de considerarem-se os valores de cada sociedade para definir o que são necessidades básicas. Mas afora a dificuldade de definir que tipos de alimentos

seriam indispensáveis a depender de cada cultura, o ser humano não é pobre só porque não come. (DOMINGOS, 2016, p.4)

Por sua vez, embora numericamente menor o primeiro número que surge ao se promover a busca nas redes sociais utilizando os descritores críticos favoráveis ao Programa Bolsa Família, em número de 13.000. As argumentações se fundamentam em de forma qualitativa e quantitativa e convergem em considerar o programa como a maior política pública de garantia à construção de uma cidadania plena e a consolidação de uma sociedade mais justa.

Os autores que formam essa linha de análise sobre o programa apontam dados quantitativos apurados junto aos órgãos oficiais, às pesquisas científicas e em agências internacionais como a Organização das Nações Unidas.

Nesse sentido pode-se citar a síntese do artigo de Lidiane Rocha Abreu “Bolsa família: uma política pública de acesso aos direitos sociais, no qual a autora analisa o aporte constitucional dessa política.

É indispensável que os poderes públicos assegurem o efetivo acesso dos indivíduos e de suas famílias ao mínimo existencial que livre essas pessoas da fome e atenuem essas mazelas. Extrai-se dessa realidade a necessidade de mecanismos de transferência de renda que possibilitem, ao menos, esse acesso ao mínimo de consumo diário de alimentos, sem esquecer-se que tais políticas de transferência deveriam, na verdade, abranger mais que o suficiente para a sobrevivência física, portanto, prover renda suficiente para uma vida digna com a adequada alimentação e demais elementos que devem compor a vida de qualquer cidadão. (ABREU, 2011)

A autora argumenta que a Constituição Federal de 1988 trouxe consideráveis avanços sociais a favor dos mais desfavorecidos, fazendo emergir do seu texto conceitos como o do denominado “mínimo existencial”. Procurando dar oportunidades iguais a ambos os lados, foram encontrados nas pesquisas um texto com linguagem acessível, e que reflete bem a defesa da autora Claudia Regina.

Conte-me um caso de pessoa de baixa renda que não quer trabalhar (abusando do Bolsa Família), e lhe trarei mais dez casos de gente da classe média que não quer trabalhar (abusando do seguro desemprego) e gente da classe alta que não quer estudar (abusando de capes e afins) Casos particulares não dizem nada sobre toda uma classe ou sobre todo um programa, aprendi com a vida que pessoas aproveitadoras existem em tudo quanto é canto. (CLAUDIA REGINA, 2014)

Nessa perspectiva de análise é possível perceber que há diferentes realidades regionais, diferentes demandas sociais sob uma mesma política.

Entende-se que o Programa é bem estruturado e as lacunas aparecem na realidade dos municípios, que por escassez de recursos, não oferece alternativas considerando a realidade e capacidade dos beneficiários. Isso porque o processo de implementação do PBF é afetado não só por seu desenho institucional, definido no plano federal, mas também pelas diferentes capacidades institucionais disponíveis no plano local; recursos humanos, capacidade de gestão e articulação entre diversos serviços e políticas, infra-estrutura disponível, entre outros aspectos, e também pelos diferentes interesses políticos na maior ou menor coordenação dos programas locais de transferência com o programa nacional. (BICHIR, 2011)

As condicionalidades do Programa são favoráveis para que o processo de permanência seja pelo tempo necessário às famílias, mas na realidade dos Municípios cabem ações que possibilitem que essas famílias possam desvincular do Programa adquirindo autonomia. Isso não acontece em grande parte dos municípios; não tem meios para oferecer capacitações e possibilidades de ingresso ao mercado de trabalho. Nesse sentido, o PBF é visto atualmente como um importante instrumento para estimular a implementação efetiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou seja, para de fato ajudar a consolidar a assistência social como uma política pública inserida em um novo modelo de proteção social. O próprio desenho do PBF, que prevê a articulação do objetivo mais imediato de combate à pobreza por meio das transferências monetárias com a dimensão mais estrutural de geração de capital humano. (BICHIR, 2011)

Havendo políticas públicas municipais, há também o combate intergeracional da pobreza – por meio das condicionalidades de educação e saúde, além da garantia de acesso a outras políticas – é estratégico para pensar essa articulação. (BICHIR, 2011)

Essas diferenças possibilitam respostas diferentes ao mesmo benefício fazendo com que em alguns municípios o Programa esteja mais presente e no âmbito deste município, se constatare respostas diferentes de cada uma das famílias beneficiadas. Nesse sentido a população do Município de Francisco Alves também é beneficiada por programas sociais e o Programa Bolsa Família é o aporte necessário para manter crianças na escola enquanto os pais trabalham. O Bolsa Família também permite a aquisição de material escolar, além de proporcionar ajuda financeira que possibilita melhor alimentação. Considerando o valor do recurso é importante observar que ele é bem administrado pelas famílias e dentro do contexto do município é possível realizar transformações sociais através do Programa, é dentro desse contexto que as 462 famílias que recebem o Bolsa Família estão inseridas, o benefício repassado pelo Programa é recebido pelo município desde sua implantação em 2003 e muitos já receberam e se desligaram do Programa quando alcançaram um nível melhor de recursos. A Secretaria de Ação Social



administra o recurso e trabalha no desenvolvimento de políticas de suporte ao Programa desde o ano de 2003.

### **3.2 O Município de Francisco Alves - Conhecendo a Realidade.**

O município de Francisco Alves localiza - se no extremo noroeste do Estado do Paraná e, nessa região a dinâmica populacional se encontra no estágio final do processo iniciado na década de 1970, denominado de êxodo rural, essa migração não significa melhor qualidade de vida, pois nem sempre estes dois fatores caminham juntos. (PEREIRA, 2007)

Havendo um grande número de deslocamentos de migrantes, resultarão variações na distribuição da população, decorrentes de efeitos cumulativos desses deslocamentos, o que poderá causar uma profunda mudança na comunidade afetada. Os residentes originais, por certo, terão que conviver com a formação de uma multidão que buscará sobreviver na região e, em consequência disso, começarão a aparecer loteamentos irregulares e vilas clandestinas. Isso, por sua vez, fará com que haja a necessidade urgente de a comunidade começar a pressionar por novos investimentos. (NETO, 1990)

O Município de Francisco Alves passou por algumas transformações que resultaram em uma diferença de estilo de vida, como a modificação da área de trabalho, que durante muitos anos foi tipicamente rural e aos poucos foi se tornando urbana. Até os dias atuais, onde ainda há os trabalhadores que permanecem no campo, mas seus descendentes já buscam os trabalhos considerados urbanos, pois é cada vez mais difícil manter-se com a produtividade agrícola de uma pequena propriedade. O Município também investiu no aumento das frentes de trabalho e hoje o mesmo conta com fábricas e facções, que lutam para permanecer atuando apesar da crise. Podem também contar com a oportunidade de emprego gerada por uma empresa de grande porte na cidade vizinha.

A realidade municipal é semelhante à de outros municípios do mesmo porte, que passou por migrações de seus habitantes e que conta com frentes de trabalho urbanas, porém insuficientes. Quando se fala em migrações referindo-se à região é devido ao fato de que há alguns anos atrás o município sofreu um forte declínio no número populacional, devido a intensas migrações e o fato se deu não apenas no município, mas em várias cidades da região.

Num espaço de 20 anos, mais de 50% da população rural urbanizou-se. Somente nos anos 70, mais de 15 milhões de pessoas foram para as cidades. Em 1950, mais de 65% da população brasileira vivia no campo, e, em 1970, esse número baixou para 45%. Hoje, apesar do constante crescimento populacional na zona rural, apenas um terço da população vive no campo, e a tendência que se configura é de que este percentual diminua ainda mais. (ARANDIA, 1988)

Hoje o município está se recuperando e recebendo moradores, embora não tenha dados oficiais, pois não foi feito recenseamento para atualizar os dados, é possível ver o aumento da população nas ruas e no comércio.

Diante disso os pais buscam de todas as formas manterem os filhos na escola e o Programa Bolsa Família em muito contribui para isso, ajudando na aquisição de material escolar e na alimentação dos filhos que estudam. Essa é uma importante contribuição para a renda da família, o que antes não era possível, pois manter os filhos na escola significava gastos e era preciso contar com a ajuda deles. O que levava a descontinuidade do estudo, aos casos de dificuldades de aprendizagem, considerando que quando o aluno ia a escola, já chegava cansado e com isso desatento, tendo baixo rendimento.

Esses valores deixam de ser vistos pelos olhos da trajetória e com isso estereotipa os pobres, que se acomodam na pobreza e passam a satisfazer-se com o assistencialismo permanente, por que a urgência pelo necessário à sobrevivência não lhes permite buscar mais, não lhes permite galgar degraus e por meio do PBF a possibilidade que os pais não tiveram é transferido para os filhos, assegurando-lhes a educação.

A realidade vivida nesse confronto de interesses entre aqueles que têm muito daqueles que lutam para minimamente subsistir em linhas gerais se repetem e se confirmam em todas as regiões do País. Cada grupo de interesse a priorizar e demandar por políticas de Estado e de governo que atendam às suas necessidades. Nessa perspectiva cada realidade social apresenta especificidades em seus padrões de convivências mediados pela gestão local.

Nesse sentido a população do Município de Francisco Alves também é beneficiada por programas sociais e o Programa Bolsa Família é o aporte necessário para manter crianças na escola enquanto os pais trabalham. O Programa Bolsa Família foi pensado para esse público, e foi criado como suporte para as famílias que passaram pelos processos de mudança que ocorreram nos planos socioeconômico-culturais, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, que vêm interferindo na dinâmica da família e da ordem societária. Tais mudanças têm recorte na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013)

Seguindo a trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil, o PBF define o cumprimento de algumas condicionalidades relacionadas às áreas de saúde e educação. A expectativa, segundo justificativa explicitada na legislação e documentos oficiais do Programa, é de que o cumprimento de condicionalidades tanto possibilite o acesso e a inserção da população pobre nos serviços sociais básicos como favorecer a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza, configurando, assim, uma espécie de ‘porta de saída’ do Programa. (SENNA, 2007)

A realidade do Município de Francisco Alves retrata bem essa questão, e os pais buscam alternativas, pois como reflexo da estrutura de poder instituída, principalmente no que tange às mudanças econômicas, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência, minando as expectativas de superação desse estado de pobreza e reforçando sua submissão aos serviços públicos existentes. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013)

O Município não é capaz de gerar maior oferta de emprego, principalmente em momentos de crise, e justamente em momentos como esse que as desigualdades ficam mais evidentes. A condição de pobreza aumenta para os que já são pobres e a classe média pode passar por abalos em sua estrutura, mas tem condições de enfrentamento de crises financeiras do país e a sociedade pouco se mobiliza em relação à questão. É importante também refletir sobre a exclusão, considerando somente o nível de pobreza, pois nessa exclusão pode embutindo outros fatores.

O estado de exclusão leva em conta diversas caracterizações como um conjunto de situações marcadas pela falta de acesso a meios de vida, tais como: falta de emprego, de salários, de propriedades, de moradia, de um nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso a crédito, a terra, a educação, a cidadania, a bens e serviços públicos básicos. Além disso, deve-se considerar um conjunto de questões relacionadas à identidade cultural, gênero, raça e posição econômica e social da família. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013)

É possível observar que o contexto atual está impregnado de conceitos equivocados sobre os beneficiários de programas sociais, é visto argumentos insensatos em relação à condição de pobreza, como se ela fosse uma escolha, ou apenas falta de vontade de trabalhar e que buscam benefícios sociais no lugar de trabalho, em alguns casos isso ocorre, mas é exceção e não regra e o Programa tem condicionalidades a serem respeitadas. Em relação aos serviços de saúde, o PBF determina que gestantes nutrizes e crianças de 0 a 6 anos sejam acompanhadas do ponto de vista nutricional, mantendo o esquema de vacinação em dia. Gestantes devem participar das consultas de pré e pós-natal e, assim como as mães de crianças de 0 a 6 anos, devem também participar das atividades educativas sobre saúde e nutrição. No que tange à educação, exige-se 85% de frequência escolar das crianças e adolescentes na faixa entre 6 e 15 anos. O não cumprimento dessas condicionalidades implica no desligamento das famílias beneficiárias do Programa. (SENNA, 2007)

No município, o número de alunos atendidos na Educação Infantil e Fundamental; são de 1180 alunos, dos quais 441 recebem o Bolsa Família. No atendimento da saúde municipal não há

cadastro dos beneficiários e o atendimento a gestantes são realizados de mesma forma que as demais, assim como o acompanhamento e pesagem das crianças.

É na Assistência Social que encontramos ações pensadas diretamente no público do Programa, como oferta cursos e trabalhos artesanais, além de realização ao enxoval do bebê, no caso das gestantes e as famílias mais necessitadas recebem cesta básica através de visita com o assistente social.

A condicionalidade imposta pelo PBF de permanência da criança na escola tem por fim último garantir que essa geração instrumentalize-se com educação básica e formação para o trabalho. A partir dessa construção do conhecimento e construção de patrimônios intelectuais possibilita a ruptura com a trajetória de vida dessas famílias superando a condição de vulnerabilidade, o que significa dizer que a criança não irá reproduzir a trajetória de vida dos pais. As Políticas Sociais são importantes e necessárias, pois constituem um subconjunto das políticas públicas relacionado a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado.

Relacionam-se à distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades estruturais decorrentes da trajetória do desenvolvimento socioeconômico, usualmente nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc., e executadas sob a responsabilidade do Estado. A legislação que define a gestão do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família é bastante minuciosa.

Aqui, vale mencionar que as Portarias que tratam do assunto foram publicadas após denúncias da grande imprensa no que diz respeito à condução das ações de controle das contrapartidas e à focalização do Programa. (SENNA, 2007)

De acordo com as pesquisa realizadas e a realidade dos municípios; entende-se que os estágios de autonomia e de permanência no Programa estão relacionados com o desenvolvimento humano de forma inequívoca.

O processo histórico da conformação da pobreza no Brasil tem raízes que certamente se aprofundaram desde o tempo da sua colonização, passando por seu longo período de organização social escravocrata que marcou a trajetória dos sujeitos por gerações, de tal maneira que tanto a pobreza como a desigualdade que dela decorreu consolidaram um modelo de organização social baseada na separação da sociedade em grupos sociais; formado por aqueles que têm tudo, outros que nada tem e aqueles que sobrevivem precariamente sob condição de pobreza e de extrema pobreza, mas, que lutam cotidianamente por uma condição mínima de subsistência. (PINZANI e REGO, 2014)

Entende-se também que existe uma condição de pobreza, um estigma, muito enraizado e difícil de ultrapassar, assim como também é visto que há aqueles que vencem essa barreira e aqueles que se conformam em viver dentro do seu estigma, não encontrando meios ou entusiasmo para romper esse vínculo árduo que lhe foi imposto.

#### **4. RESULTADOS DA PESQUISA:**

Para conhecer a importância da implantação de Políticas Públicas que possam minimizar as condições de desigualdade entre as pessoas, se fez necessário conhecer a história do país, sua interface, a desigualdade social, marcada pelo signo da exclusão foi impedindo que grandes parcelas da população pudessem ter acesso aos bens de consumo, ao conhecimento às tecnologias, à cultura dominante. (PINZANI e REGO, 2014)

No Brasil, embora a Constituição Federal (BRASIL, 1988) defina que a organização social e a sua preservação pelo Estado, se pautará pelos princípios da promoção da dignidade humana e determine que ao Estado caberá suprir as condições e os direitos humanos que viabilizem a construção da cidadania e de uma gestão que promova a justiça social, muito pouco se fez para essa efetivação de direitos.

No entanto, o compromisso com a dívida histórica da sociedade com os menos favorecidos não se constitui em um desafio fácil de ser vencido quando se tem uma sociedade que muito pouco se importa, quando se tem uma cultura de descaso, de preconceito; reproduzindo os efeitos da pobreza numa perspectiva de reprodução e permanência, gerando polêmicas e animosidades pela possibilidade de acessão social dos menos favorecidos. Dessa forma Programas estruturais como o Bolsa Família; com objetivos de ruptura com o círculo vicioso da pobreza pressupõe uma mudança significativa nas relações sociais de todos os atores envolvidos, o que conflita com interesses de diferentes setores da sociedade.

O Objetivo do estudo realizado foi conhecer a relação que se estabelece entre os usuários do Programa Bolsa Família, em busca do entendimento de como e o porquê acontece a dependência dos usuários de forma permanente. Para que haja verdadeira compreensão dos fenômenos sociais, é necessário que se rompa com o antagonismo dos dois conceitos ou das duas interpretações. As pessoas vivem em redes de dependência, difíceis de serem rompidas, essas redes são diferentes em cada sociedade, o modo como o indivíduo se comporta é determinado por suas relações passadas ou atuais com as outras pessoas e a interdependência das funções humanas sujeita e molda, de forma profunda, o indivíduo. (MARTELETO; SILVA, 2004)

E assim criam-se estereótipos, ao manipularem a realidade com subclassificações dos pobres, que se acomodam na pobreza e passam a satisfazer-se com o assistencialismo permanente, sem considerar sua trajetória e a urgência pelo necessário à sobrevivência que não lhes permite buscar mais. A realidade vivida nesse confronto de interesses entre aqueles que têm muito daqueles que lutam para minimamente subsistir, em linhas gerais se repetem e se confirmam em todas as regiões do País. Nessa perspectiva cada realidade social apresenta especificidades em seus padrões de convivências mediados pela gestão local.

Nesse sentido a população do Município de Francisco Alves também está incluída, sendo beneficiado pelo Programa Bolsa Família, que é o aporte necessário para manter crianças na escola enquanto os pais trabalham. No Município as críticas também percorrem o mesmo trajeto, bem como a estigmatização dos beneficiários, por isso é pertinente também refletir sobre a exclusão, considerando somente o nível de pobreza, pois nessa exclusão pode embutindo outros fatores.

O estado de exclusão leva em conta diversas caracterizações como um conjunto de situações marcadas pela falta de acesso a meios de vida, tais como: falta de emprego, de salários, de propriedades, de moradia, de um nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso a crédito, a terra, a educação, a cidadania, a bens e serviços públicos básicos. Além disso, deve-se considerar um conjunto de questões relacionadas à identidade cultural, gênero, raça e posição econômica e social da família. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013)

E isso ocorre no município, enquanto a sociedade tece suas críticas a condicionalidade imposta pelo PBF; de permanência da criança na escola objetivando que esta adquira conhecimentos e instrumentalize-se com educação básica e formação para o trabalho; é cumprida. No município, o número de alunos atendidos na Educação Infantil e Fundamental são de 1180 alunos, dos quais 441 recebem o Bolsa Família. No atendimento da saúde municipal não há cadastro dos beneficiários e o atendimento a gestantes são realizados de mesma forma que as demais, assim como o acompanhamento e pesagem das crianças. Somente a partir da construção do conhecimento e construção de patrimônios intelectuais tem-se a possibilidade de ruptura com a trajetória de vida dessas famílias; superando a condição de vulnerabilidade, o que significa dizer que a criança não irá reproduzir a trajetória de vida dos pais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percorrer o trajeto da história do Programa Bolsa Família é um processo que leva a reflexão, entende-se que processo de exclusão dos pobres é longo e permanece até os nossos dias. A questão social não desapareceu nem foi equacionada, mas certamente foi assumindo

diferentes configurações e manifestações relacionadas à história particular de cada sociedade nacional, de suas instituições, de sua cultura. É importante observar que foram as lutas sociais que transformaram a questão social em uma questão política e pública, transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública; exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais. (RAICHELIS, 2006)

A história de segregação de pessoas que não tiveram sequer a oportunidade de almejar sair da pobreza, por que a urgência em conseguir manter-se vivo torna-se mais importante. Não é possível sonhar e fazer planos quando o imediato é saciar a fome, não há como planejar o futuro dos filhos, quando o presente chama em voz alta, por que é preciso alimentá-los. Essa é a realidade de muitas famílias, que desconhecem a ambição saudável, ou mesmo a mera possibilidade de sair da pobreza para um estágio de vida melhor amparado, onde estudar os filhos seja um direito.

A história do país é muito desigual, mas a pobreza é estigmatizada há tantos anos, que passa a vigorar como se fosse um fato imutável. E os meios de sair da pobreza são colocados como luxos, que não podem ser alcançados por minorias, e essa é uma forma de manter o pobre na pobreza e com isso manter a desigualdade social como fato permanente e inerente à história do país.

O discurso atual afirma que não há exclusão, os direitos devem ser iguais, ao criticarem o sistema de cotas nas universidades e o Programa Bolsa Família, mas se não há exclusão entende-se perfeitamente que há inclusão precária e instável, marginal. Esse é o grande dilema da contemporaneidade, que metamorfoseia conceitos para designar uma velha questão, analisada sob a ótica de diferentes teorias como as da marginalidade social, da cultura da pobreza, e agora enfocada por meio do conceito de exclusão. Sendo um traço próprio do capitalismo; excluir, desenraizar, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, o problema agora é que “o período de passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório”. (RAICHELIS, 2006)

De acordo com o desenvolvimento dos estudos, a realização das pesquisas, e também de acordo com entendimento alcançado, um olhar foi conquistado e através dessa nova possibilidade de entendimento e que pode-se dizer que as causas da permanência das famílias como beneficiárias do Programa Bolsa Família são complexas e não podem ser analisadas de forma generalizada. Pois cada família em si já representa todo seu contexto, é um universo à parte. Somente assim é possível fazer uma análise coerente e profunda, que representasse a

realidade. Não há meios de abordar o assunto sem prejuízo de qualidade, eficiência e coerência, pois os casos são universos particulares.

De modo geral é possível dizer que as causas são uma combinação de fatores, como a trajetória dos indivíduos pobres que carregam a pobreza por gerações, assim como também a falta de perspectivas de crescimento e desenvolvimento humano. O trajeto mais árduo do indivíduo pobre é a busca por meios de prosperar, estudando, qualificando-se para o mercado de trabalho.

O Programa Bolsa Família é um dos programas sociais que mais produzem resultados, no combate à fome e a situação de miserabilidade e elevou o país a um novo patamar.

É necessário entender que o meio mais eficiente de evolução, não é oferecer esmolas, e sim dar oportunidades.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Lidiane Rocha. **Bolsa Família: uma política pública de acesso aos direitos sociais.** In Ambito Jurídico, Rio Grande do Sul, xiv, N. 94. NOV. 2011. Disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigo\\_leitura&artigo-id=10740](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigo_leitura&artigo-id=10740)
- AKKARI, A.J. **Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre Estado, privatização e descentralização.** Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001. Disponível em < <http://www.scielo.br>>
- ARANDIA, Alejandro Kuajara. **Reflexões sobre os rumos e a situação atual do homem do campo.** Ensaios FEE, Porto Alegre, 9 (1; 54-63, 1988. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>>
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BICHR, Renata Mirandola. **Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/>>.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Bertrand, Rio de Janeiro, 1998.
- CLAUDIA Regina; CASTRO, Castro. **Bolsa Família: ser contra ou a favor?** 2014, Disponível em < <http://www.revistaforum.com.br>>
- CAMARGO, Orson. **Injustiça social; Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/fome-miseria-altos-impostos.htm>>. Acesso em 08 de dezembro de 2016.
- CAMARGO, Orson. **Desigualdade social; Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>>. Acesso em 09 de dezembro de 2016.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Et al. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira.** Opinião Pública, Campinas, vol.15 nº2, novembro 2009. p333-355. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>.
- CRONEMBERGER, Izabel Herica Gomes M. Cronemberger. TEIXEIRA Solange Maria. **FAMÍLIAS VULNERÁVEIS** como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. Revista Eletrônica informe econômico Ano 1, n. 1, ago. 2013. Disponível em <https://scholar.google.com.br> visitado em 12/08/2016.
- GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Ciência e Saúde Coletiva. 10(2)357-363, 2005. Disponível em <<https://scholar.google.com.br/>>. Visitado em 07/08/2016.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br>.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. RBCS Vol. 14 nº41 outubro/99. Disponível em <http://www.scielo.br/>

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/>.

MONTERO, Paula. **Gostos de classe e estilos de vida**. Reproduzido de BOURDIEU, P. e SAINT-MARTIN, M. Goffts de classe et styles de vie. (Excerto do artigo "Anatomiedugoftt".) Actes de Ia RechercheenSciencesSociales, nº 5 , out. 1976, p. 18-43. Traduzido por Paula Montero.

MOURA. Paulo Gabriel Martins de. **Bolsa Família: projeto social ou marketing político?** Ensaio. Revista Katál. – Florianópolis v.10, nº 1 p. 115-122/ jun/jul/2007.

NETO, Alfredo Meneghetti. **Dispêndio público local: modelos e evidências**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 11(1;62-80, 1990). Disponível em <https://scholar.google.com.br/>

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli; PERIM Gianna Lepre. **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Editora: Eduem2009. Maringá, Paraná.

OLIVEIRA, J.S. **O traço da desigualdade social no Brasil**. Biblioteca IBGE, 1993. Disponível em [ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)

PEREIRA, Adriana; SILVA, Giliard. **Êxodo rural no Brasil**. 1 – 6 2007 (Blog Fonseca Diego Blog. Para quem deseja obter informações sobre: cidadania, meio ambiente, economia entretenimento, e curiosidade). Disponível em: <http://www.diegofonseca.blogspot.com.br/2007/02/xodo-rural-no-brasil.html>.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão pública e a questão social na grande cidade**. Lua Nova, São Paulo, 69: 13-48, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/>.

REGO, Walquiria Leão. PINZANI, Alessandro. Módulo I. Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC Brasil Agosto de 2014. Disponível em <http://egpbf.mec.gov.br/>.

SENNA, Mônica de Castro Maia. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/>.

SPOSATI, Aldaíza. **Desafios do sistema de proteção social**. 2009. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=420>.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras**. Brasília, outubro de 2009. Texto para Discussão Nº 1424. Disponível em [ipea.gov.br](http://ipea.gov.br). Visitado em 28/07/2016.